



ACÓRDÃO Nº737/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11566/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Presidente Figueiredo – SAAE.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Ozimar Costa dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 538/2022-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Presidente Figueiredo – SAAE. Exercício de 2019.

Revelia. Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Considerar revel o Sr. **Ozimar Costa dos Santos**, à época Diretor-Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Presidente Figueiredo, por não apresentar razões de defesa, nos termos do art. 20, § 4º, da LO/TCE c/c art. 88 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.2. Julgar irregular a Prestação de Contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Presidente Figueiredo, exercício de 2019, sob a responsabilidade do Sr. **Ozimar Costa dos Santos**, na condição de Ordenador de Despesa, nos termos dos arts. 22, III, e 25 da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 190, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelos motivos expostos no Relatório/Voto;

10.3. Considerar em Alcance o Sr. **Ozimar Costa dos Santos** no valor de **R\$ 321.023,99** (trezentos e vinte e um mil, vinte e três reais e noventa e nove



ACÓRDÃO Nº737/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

centavos), com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes dos arts. 304 e 305 da Resolução nº 04/2002- Regimento Interno do TCE/AM, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcançe/Glosa, na esfera Municipal para o órgão Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Presidente Figueiredo – SAAE, devido às restrições não sanadas abaixo discriminadas:

- 10.3.1.** Não comprovação de gastos com diárias - **R\$ 1.400,00** (restrição 4);
- 10.3.2.** Não comprovação de gastos com Combustíveis - **R\$ 91.877,37** (restrição 7);
- 10.3.3.** Não esclarecer a diferença apresentada entre o saldo da conta almoxarifado e a soma apresentada no Relatório – **R\$ 612,30** (restrição 9);
- 10.3.4.** Não Esclarecer o saldo e a conta outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo, constante no Balanço Patrimonial – **R\$ 27.764,56** (restrição 10);
- 10.3.5.** Não esclarecer a diferença apresentada entre as contas Bens Móveis e Bens Imóveis – **R\$ 155.599,16** (restrição 11);
- 10.3.6.** Não justificar lançamentos ocorridos na movimentação bancária da conta corrente 4575 / 006 / 00000010-5, Caixa Econômica Federal – **R\$ 43.770,60** (restrição 12);

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Aplicar Multa** ao Sr. **Ozimar Costa dos Santos** no valor de **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), na forma prevista no art. 54, VI, da Lei nº 2423/1996 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, relativa às restrições 01 a 13, constantes na



ACÓRDÃO Nº737/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Notificação nº 01/2020-CI-DICAMI, não sanadas, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias**, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.5. Recomendar ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Presidente Figueiredo – SAAE que:

- 10.5.1.** Proceda à realização de concurso público para sanear o quadro pessoal, sob pena de reincidência, ficando o atual gestor ou outro que venha a assumir a direção do SAAE, sujeitos as sanções previstas no art. 54, inciso IV, da Lei nº 2.423/93;
- 10.5.2.** Observe e cumpra os ditames estabelecidos na Lei nº 4.320/64 no que tange ao processo legal de liquidação;
- 10.5.3.** Implemente sistema eficaz e eficiente para controle de uso de combustível;
- 10.5.4.** Adote providências para que sejam recebidos valores que se encontram registrados como dívida ativa não tributária, no valor de R\$ 660.780,82 (seiscentos e sessenta mil, setecentos e oitenta reais e oitenta e dois centavos), uma vez que representa mais de um terço da receita anual, informando que medidas estão sendo adotadas para o recebimento destes valores junto ao TCE-AM;
- 10.5.5.** Apresente Relatórios de Viagens comprovando o deslocamento dos servidores.

10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº737/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

previstas no art. 161, *caput*, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, comunicando a Sr. **Ozimar Costa dos Santos** acerca do julgamento deste feito, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão;

10.7. Arquivar o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral da decisão.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Maio de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral